26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

GESTÃO DE ACERVO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM BIBLIOTECA JURÍDICA

COLLECTION MANAGEMENT AND KNOWLEDGE ORGANIZATION IN A LAW LIBRARY

Nathalia Barbosa Batista – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As bibliotecas jurídicas desempenham papel estratégico no apoio às atividades de órgãos públicos, no entanto, a ausência de diretrizes formais gera acervos obsoletos e subutilizados. O objetivo deste artigo avaliar a circulação de uma década do acervo da Biblioteca da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem mista, exploratória e documental. A coleta e tabulação de dados foram realizadas via relatórios do sistema InformaWeb, cruzando o volume de exemplares com os empréstimos (2015-2025). Os resultados evidenciam uma paralisia funcional severa: apenas 10% do acervo circulou em dez anos. Contudo, após a ação de mediação cultural "Uma Tarde na Biblioteca", observou-se um crescimento de 149% na frequência diária e 289% no uso da sala de estudos, mesmo sem aquisição de obras novas. Conclui-se que o engajamento da comunidade usuária está intrinsecamente ligado à visibilidade e à mediação proativa, comprovando que bibliotecas jurídicas devem transcender a função de repositório passivo por meio da gestão baseada em evidências.

Palavras-chave: Diagnóstico de acervo; bibliotecas jurídicas; mediação da informação; gestão de acervo; organização do conhecimento.

Abstract: Law libraries play a strategic role in supporting the activities of public agencies; however, the absence of formal guidelines leads to obsolete and underutilized collections. The objective of this article is to assess the circulation of a decade of collection at the Library of the Rio de Janeiro Municipal Attorney General's Office. Methodologically, the research is characterized as applied, with a mixed, exploratory, and documentary approach. Data collection and tabulation were performed via reports from the InformaWeb system, cross-referencing the volume of copies with loans (2015-2025). Results show severe functional paralysis: only 10% of the collection circulated in ten years. However, after the cultural mediation action "Uma Tarde na Biblioteca", a growth of 149% in daily frequency and 289% in study room use was observed, even without the acquisition of new works. It concludes that

user community engagement is intrinsically linked to visibility and proactive mediation, proving that law libraries must transcend the function of a passive repository through evidence-based management.

Keywords: Collection assessment; law libraries; information mediation; collection management; knowledge organization.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas jurídicas desempenham papel estratégico no apoio às atividades de órgãos públicos, oferecendo suporte técnico, normativo e doutrinário para a tomada de decisões. No entanto, muitas operam sem diretrizes formais, resultando em coleções desatualizadas e desarticuladas da missão institucional. A biblioteca da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (PGM-RJ) insere-se nesse cenário: apesar de sua importância como repositório do saber jurídico, não possui uma Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) documentada.

Essa ausência compromete a coerência da coleção com as necessidades funcionais da instituição. Observa-se a falta de critérios técnicos consolidados para a seleção e o descarte de materiais, o que contribui para um acervo com alto índice de obsolescência e subutilização sistêmica por parte da comunidade usuária, composta majoritariamente por procuradores, residentes e estagiários.

A presente pesquisa busca, então, responder à seguinte questão norteadora: qual o impacto da ausência de uma PDC na gestão do acervo na biblioteca da PGM-RJ ao longo de uma década?

Diante desta problemática, a justificativa ampara-se na urgência de alinhar o acervo da PGM-RJ à sua missão prioritária — o Direito Público — por meio de uma gestão baseada em evidências, demonstrando que o esvaziamento das ações compromete o saber-fazer biblioteconômico. Logo, o objetivo geral deste artigo é avaliar a circulação de uma década do acervo da Biblioteca da PGM-RJ, demonstrando o impacto quantitativo de ações práticas de mediação. Como objetivos específicos, busca-se: a) realizar um diagnóstico temático e estatístico do acervo atual; b) analisar os padrões de circulação e o impacto de ações de mediação; e c) estruturar diretrizes técnicas que orientem o ciclo informacional da unidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A PDC é um instrumento de planejamento que orienta os processos de seleção, aquisição, avaliação e descarte. Em bibliotecas especializadas, como a da PGM-RJ, o acervo deve subordinar-se estritamente às necessidades da organização mantenedora (Vergueiro, 1989). Autores como Maciel e Mendonça (2006) e Weitzel (2006) apontam que esse desenvolvimento é um ciclo contínuo. A respeito da necessidade dessas avaliações, Vergueiro alerta:

> [...] [o processo de desenvolvimento de coleções] precisará ser considerado como atividade normal e rotineira da biblioteca. Disto se depreende que não procede, absolutamente, a desculpa tão utilizada por bibliotecários de que não realizam uma determinada fase do desenvolvimento de coleções – usualmente a avaliação ou o estudo de comunidade - por absoluta falta de tempo. A partir do momento em que se considera o desenvolvimento de coleções como atividade rotineira da biblioteca — assim como o são a catalogação, a classificação e a elaboração de relatórios anuais —, qualquer desculpa para não realizar todas as fases do processo perde a sua razão de ser. [...] (Vergueiro, 1987, p. 196)

Modelos normativos da *American Library Association* (ALA, 2021) e da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2012) fundamentam uma gestão baseada em evidências. A ALA recomenda métricas de custo por uso e o descarte sistemático de obras inativas. Já a IFLA destaca o planejamento por impacto e a articulação entre acervo e mediação. Conforme aprofundado na literatura da área, o desenvolvimento de coleções em unidades de informação especializadas não é um mero procedimento administrativo, mas uma atividade de cunho epistemológico (Figueiredo, 1998). A avaliação constante permite que a biblioteca não opere de forma passiva e isolada, garantindo a sua sustentabilidade informacional perante as rápidas atualizações do sistema jurídico (Miranda, 2004).

Nesse contexto, a gestão de acervo transcende a mera guarda de materiais. Segundo Miranda (2007), na sociedade da informação, o conhecimento é renovado aceleradamente, ocasionando maior dificuldade para bibliotecas manterem suas publicações atualizadas, tornando imprescindível a elaboração de políticas de atualização e expansão dos acervos voltados para o perfil dos usuários. A formação, desenvolvimento e organização do acervo devem ser encarados como um processo permanente, não permitindo que a biblioteca opere de forma passiva.

Dessa forma, a PDC deixa de ser apenas uma regra de compras e passa a atuar como garantidora da qualidade da informação — caracterizada por sua relevância, confiabilidade e atualidade (Miranda, 2004). A velocidade com que o Direito se atualiza faz com que até mesmo obras recentes se tornem rapidamente ultrapassadas, exigindo da biblioteca jurídica uma

postura de organismo em constante crescimento (Ranganathan, 1931). Para dar suporte a esse crescimento sob o ponto de vista da Organização do Conhecimento, a estruturação de um acervo especializado sustenta-se epistemologicamente quando reflete a realidade do seu domínio. Langridge (1969) defende a importância de reconhecer os tipos e métodos das disciplinas para uma organização bibliográfica eficaz. Ao tratar o conhecimento como um organismo em constante evolução, o autor propõe que a categorização não seja meramente técnica, mas epistemológica e funcional, refletindo as relações internas entre as disciplinas, seus métodos e finalidades.

Partindo dessa premissa teórica, a categorização dos materiais nesta proposta fundamenta-se na dicotomia clássica entre Direito Público e Direito Privado, conforme estabelecido na doutrina (Silva, 2018; Meirelles, 2019). O Direito Público compreende as relações em que há interesse do Estado ou da coletividade, englobando áreas como Direito Constitucional, Administrativo e Ambiental. Já o Direito Privado regula as relações entre particulares, como o Direito Civil e o Comercial. A escolha por essa dicotomia busca refletir não apenas as demandas institucionais da PGM-RJ, mas também as próprias estruturas internas do campo jurídico como um sistema integrado de saberes.

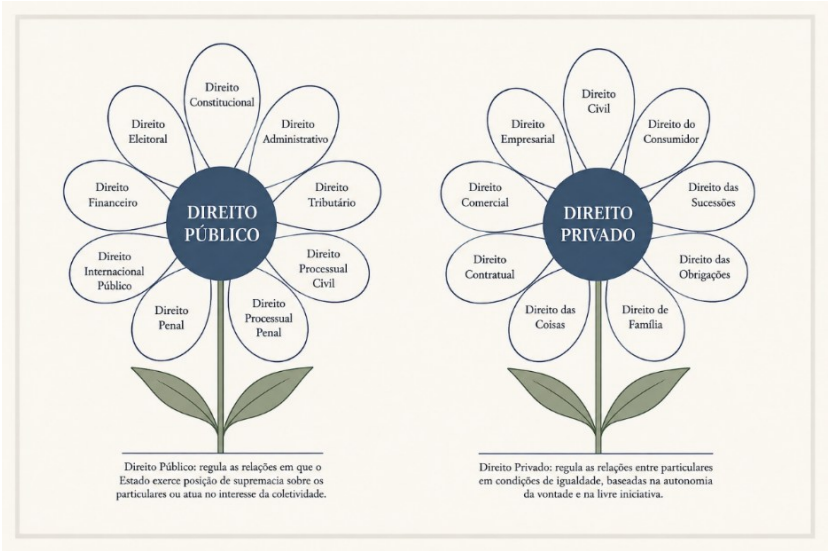
No âmbito jurídico, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), de lógica universalista, apresenta limitações por sua rigidez hierárquica. Como argumenta Hjørland (2003), sistemas classificatórios generalistas tendem a ignorar os aspectos epistemológicos, históricos e sociais que estruturam os diferentes domínios do conhecimento, por serem baseados em lógicas neutras, positivistas e descontextualizadas. A organização do conhecimento, portanto, deve ser centrada no domínio, e não em lógicas universais abstratas. No caso do Direito, um campo normativo, interpretativo e fortemente contextual, isso pode resultar em distorções classificatórias e em perda de significados relevantes para a prática institucional. Nesse sentido, a obsolescência do acervo representa um entrave não apenas técnico, mas também epistemológico, pois compromete a função central da biblioteca de prover informação atualizada e pertinente aos seus usuários.

Temas como Direito Urbanístico são classificados na CDD como subclasse de Direito Administrativo (344.045), quando, na prática institucional da PGM-RJ, esse campo mobiliza conhecimentos de Direito Constitucional, Ambiental, Tributário e até digital. Outro exemplo é o campo de Compliance Público, que fica fragmentado entre Direito Administrativo (classe 351) e Ética (classe 174), sem uma representação clara e autônoma. Temas emergentes como

Direito Digital Municipal, proteção de dados pessoais na esfera pública ou inteligência artificial no contencioso administrativo sequer possuem codificação específica, o que demonstra a inércia classificatória da CDD frente à transformação acelerada do Direito.

Para superar essas barreiras, e em consonância com a Teoria da Classificação Facetada e a Quinta Lei de Ranganathan ("a biblioteca é um organismo em crescimento"), defende-se que o acervo jurídico exige não apenas a expansão física, mas revisões contínuas. Propõe-se, assim, a adoção de uma estrutura facetada integrada (Persona, Processo, Espaço, Tempo), capaz de representar a interdisciplinaridade do Direito, estruturada conceitualmente na "Flor do Conhecimento Jurídico", onde o Direito Público compõe o núcleo central.

Figura 1 – Flor temática do Direito



Fonte: elaboração própria (2026).

A metáfora visual da “Flor do Conhecimento Jurídico” foi desenvolvida para representar essa organização facetada. Nela, há duas flores, uma cujo núcleo é o Direito Público e a outra Direito privado, enquanto as subáreas e outras disciplinas ocupam posições periféricas e complementares, funcionando como pétalas. Essa estrutura subordina logicamente as áreas periféricas à missão central da unidade, facilitando a recuperação temática. A flor temática não é utilizada apenas como recurso visual, mas como instrumento analítico para interpretação do equilíbrio entre áreas centrais e periféricas da coleção. Sua aplicação permitiu identificar discrepâncias entre a centralidade temática esperada para uma biblioteca jurídica especializada em Direito Público e a distribuição efetivamente observada no acervo.

Diante dessa proposta (a Flor do Conhecimento Jurídico), nota-se que, embora tradicionalmente tratadas como campos distintos, a Organização do Conhecimento e o Desenvolvimento de Coleções apresentam forte interdependência em bibliotecas

especializadas. As decisões de seleção, atualização e descarte dependem da compreensão de como os domínios do conhecimento são estruturados, representados e utilizados pelos usuários. Nesse sentido, a representação temática da coleção deixa de ser apenas um instrumento de recuperação da informação e passa a constituir também um mecanismo de avaliação da aderência entre acervo, missão institucional e necessidades informacionais.

Dessa forma, parte-se da compreensão de que a avaliação de coleções em bibliotecas jurídicas especializadas não deve restringir-se a indicadores quantitativos de crescimento ou circulação. A investigação adota uma perspectiva integrada, na qual missão institucional, representação temática do conhecimento e comportamento informacional dos usuários são analisados conjuntamente para identificar níveis de aderência entre a coleção e as finalidades organizacionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para avaliar a circulação do acervo, estruturar diretrizes técnicas que orientem o ciclo informacional da unidade e verificar o alinhamento com a missão institucional da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (PGM-RJ), a investigação classifica-se como uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem mista (quanti-qualitativa), e de caráter exploratório e documental. O estudo centrou-se em duas unidades da biblioteca: unidade PGM (acervo do prédio sede) e unidade da Diretoria de Documentação, referida pela sigla DED (acervo do prédio histórico/memória):

a) Coleta de dados: Realizada a partir de relatórios gerados no sistema InformaWeb, plataforma oficial de gerenciamento bibliográfico da Prefeitura, abrangendo a movimentação dos tipos documentais Livros (LIV), Obras de Referência (OBR) e Artigos de Periódicos (APE) no período de dez anos (2015 a 2025) nas unidades PGM e DED.
b) Tabulação dos resultados: Os relatórios gerados em PDF foram convertidos para planilhas do Microsoft Excel, submetidos a sucessivas etapas de limpeza de dados, remoção de registros de teste e padronização. Realizou-se a categorização temática agrupando as obras pelas classes gerais da CDD.
c) Análise dos resultados: Estruturou-se em três eixos: 1) Diagnóstico Temático: Categorização do acervo utilizando a CDD, agrupando as obras por grandes áreas do conhecimento jurídico, com ênfase na dicotomia entre Direito Público (área-fim

da instituição) e Direito Privado; 2) Análise de Circulação e Obsolescência: Levantamento quantitativo dos empréstimos realizados ao longo de dez anos (2015 a 2025) e mapeamento das baixas de materiais no mesmo período, com cruzamento empírico visando identificar a taxa de uso real e o grau de estagnação do acervo; 3) Estudo de Usuários e Mediação: Avaliação do impacto quantitativo da ação de mediação cultural "Uma Tarde na Biblioteca" (uma intervenção inspirada no *Library Selfie Day*, focada na criação de um espaço interativo e exposição de obras visualmente atrativas para estimular a visitação e o pertencimento institucional), combinada à aplicação de uma pesquisa de satisfação com 49 respondentes (entre procuradores, residentes, estagiários e servidores técnico-administrativos).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diagnóstico revelou uma assimetria crítica entre a missão institucional da PGM-RJ e a composição real do seu acervo. Na unidade DED, o Direito Civil — ramo do Direito Privado — representa 18% dos livros e 27% das obras de referência, superando áreas fundamentais como o Direito Administrativo, que soma apenas 11%. Esse cenário é reflexo de aquisições históricas reativas e da ausência de critérios técnicos formais, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Diagnóstico do Acervo e da Biblioteca da PGM-RJ

Problema Identificado	Evidência Empírica / Fonte	Implicações para a PDC
1. Desalinhamento temático: excesso de Direito Privado no acervo	18% Direito Civil *vs*. 24% somados de Constitucional e Administrativo	O acervo não reflete a missão institucional da PGM-RJ, voltada ao Direito Público
2. Baixíssima taxa de circulação do acervo DED	209 empréstimos em 10 anos (2% dos títulos)	Subutilização estrutural; necessidade de atualização temática e técnica
3. Uso concentrado em poucas classes temáticas	59% dos empréstimos em 3 classes CDD	Foco estratégico em atualizar e ampliar essas áreas prioritárias
4. Falta de política de desbaste e obras obsoletas	Centenas de livros técnicos desatualizados e sem registro de empréstimo em 10 anos	Compromete a atualização do acervo e dificulta a recuperação eficiente da informação
5. Acervo técnico da biblioteconomia desatualizado	CDD em espanhol (1986); Cutter (1976); poucos títulos em 025 (5%)	Prejudica o trabalho técnico das bibliotecárias
6. Ausência de critérios	Conselho Consultivo não	Políticas de aquisição são

Problema Identificado	Evidência Empírica / Fonte	Implicações para a PDC
técnicos nas aquisições	conta com bibliotecárias	reativas, enviesadas e pouco transparentes
7. Acesso restrito ao acervo de memória institucional	Acervo do DED inacessível no sistema; apenas para a bibliotecária	Prejudica a preservação, transparência e uso histórico do acervo jurídico da instituição
8. Coleções especiais em risco físico e documental	Infestação por fungos, goteiras, obras em caixas	Urgência de política de preservação, climatização e tratamento técnico especializado
9. Falta de mecanismos formais de escuta aos usuários	Pesquisa de satisfação barrada; 500 usuários inativos	Dificulta o alinhamento da biblioteca com as necessidades reais da comunidade jurídica
10. Resultados altamente positivos com mediação cultural ("Uma Tarde na Biblioteca")	+149% em frequência, +64% empréstimos, +289% uso da sala de estudos	Demonstra o impacto de ações proativas; sugere incluir mediação como componente da PDC
11. Subutilização do sistema *InformaWeb*	Usuários preferem atendimento presencial; interface ruim	Falta de capacitação digital e necessidade de melhoria na usabilidade e visibilidade do sistema

Fonte: elaboração própria (2025).

Sob a ótica da Flor do Conhecimento Jurídico, os resultados evidenciam um desequilíbrio entre as áreas consideradas centrais para a atuação institucional da PGM-RJ e aquelas que historicamente passaram a ocupar maior espaço na coleção. A representação temática permitiu visualizar que parte significativa do acervo e da circulação se concentra em áreas periféricas à missão institucional, indicando a necessidade de reequilíbrio temático por meio de futuras decisões de seleção, atualização e desbaste. Esse resultado demonstra que a representação temática pode atuar não apenas como mecanismo de organização da informação, mas também como instrumento de avaliação estratégica da aderência entre coleção, missão institucional e demandas informacionais.As evidências empíricas apontam que a predominância de Direito Civil (Direito Privado) no acervo de livros da unidade DED (18%) contrasta com a necessidade de fortalecer as áreas de Direito Administrativo e Constitucional. Essa disparidade é reforçada quando analisamos a ocupação das prateleiras em relação ao uso efetivo da comunidade. Como fundamenta Vergueiro (1989), bibliotecas especializadas existem estritamente para atender às necessidades informacionais e aos objetivos das organizações às quais estão subordinadas. Assim, embora o Direito Civil

concentre a maior circulação absoluta, este dado não reflete uma demanda institucional legítima, mas sim um desvio histórico e desalinhamento do acervo, acumulado sem critérios técnicos ao longo dos anos. Como a missão da PGM-RJ é a advocacia pública municipal, o desenvolvimento de coleções exige um movimento corretivo para o fortalecimento prioritário das áreas vinculadas ao Direito Público, readequando a biblioteca à sua verdadeira área-fim e não a demandas alheias à instituição.

A avaliação cruzada dos dados revelou uma assimetria crítica entre a missão institucional da PGM-RJ e a utilização real do seu acervo. A partir da Tabela 1, é possível perceber a discrepância significativa entre os exemplares disponíveis e o número de empréstimos realizados ao longo de uma década, organizados por grandes áreas do Direito e englobando livros e obras de referência de ambas as unidades. Somando-se a unidade PGM (3.368 exemplares) e a unidade DED (4.093 exemplares), o acervo analisado totaliza 7.461 exemplares (correspondentes a 6.640 títulos distintos), que geraram um montante de 15.176 empréstimos.

Tabela 1 – Empréstimos total de livros *vs.* acervo total

CDD	Área Jurídica	Exemplares no Acervo	% do Acervo	Empréstimos (10 anos)	% dos Empréstimos
346	Direito Civil	1.293	17%	5.753	38%
343	Direito Penal	1.263	17%	3.780	25%
347	Direito Processual Civil	1.347	18%	2.136	14%
342	Direito Constitucional	913	12%	1.385	9%
344	Direito Administrativo	792	11%	1.022	7%
348	Legislação e normas auxiliares	551	7%	465	3%
Outros	Não jurídicos	817	11%	375	2%
340	Direito em geral	485	7%	260	2%
Total	—	**7.461**	100%	**15.176**	100%

Fonte: elaboração própria (2025).

Verifica-se que a circulação está fortemente concentrada em três classes jurídicas: Direito Penal, Direito Processual Civil e Direito Civil, que, juntas, somam 59% (8.434 empréstimos) do total registrado. Segundo fundamenta Vergueiro (1989), como a missão da PGM-RJ é a advocacia pública municipal, a presença expressiva do Direito Civil — tanto como

uma das maiores classes do acervo (17%) quanto a terceira mais emprestada (16%) — demonstra um desvio histórico. O Direito Civil, que integra o Direito Privado, ocupa mais espaço físico e circula mais do que áreas-fim da instituição, como o Direito Administrativo (11% do acervo) e o Direito Constitucional (12%), o que evidencia uma distorção acumulada sem critérios técnicos.

A análise de circulação revelou uma paralisia funcional: ao longo de dez anos (2015–2025), apenas 10% do acervo de livros da unidade PGM (o equivalente a 319 títulos) registrou uso. A média geral de 0,2 empréstimos por exemplar ao ano é incompatível com a função estratégica da unidade. A ausência de rotinas de desbastamento, como orienta Figueiredo (1998), compromete a qualidade informacional, transformando o espaço em um depósito de materiais superados, em vez de um polo ativo de conhecimento. A interface do InformaWeb apresenta obstáculos, contribuindo para a subutilização, corroborada pelo Estudo de Usuários onde 64% afirmaram que nunca utilizaram o catálogo digital.

Sob a ótica da Gestão da Informação, a ausência de uma PDC articulada à Organização do Conhecimento também gerou um impacto financeiro e espacial severo no trato com as publicações seriadas. A análise do acervo de periódicos da unidade DED revela um cenário de acúmulo desorganizado, subutilização extrema e desalinhamento temático. Foram identificados 233 títulos distintos, totalizando 32.700 exemplares — volume 28 vezes superior ao número de livros da unidade. O ponto mais crítico, contudo, é o desalinhamento temático com a missão institucional da biblioteca, voltada prioritariamente ao Direito Público. Cerca de 30 a 40% dos periódicos analisados pertencem a áreas do Direito Privado. A fragmentação do acervo também é evidente: 28% dos títulos possuem dez exemplares ou menos, resultado de aquisições esporádicas, sem critérios claros de seleção.

Quanto aos periódicos da unidade PGM, foram identificados 148 títulos distintos, totalizando 34.931 exemplares, volume aproximadamente 4 vezes maior que o de livros e obras da mesma unidade. Considerando-se as unidades DED e PGM, apresenta-se um conjunto total de 381 títulos distintos. Foi possível identificar 92 títulos repetidos entre as duas unidades, além da ocorrência de duplicatas causadas por pequenas variações na grafia dos títulos, como é o caso da “Revista da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre” (DED) e da “Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre” (PGM), tratadas como títulos diferentes no sistema. Tais duplicidades comprometem o controle bibliográfico e dificultam a gestão racional do acervo.

Esse inchaço informacional é agravado pelas limitações estruturais do próprio sistema de gerenciamento. O diagnóstico apontou que a interface do InformaWeb apresenta obstáculos significativos à organização e recuperação temática, visto que a indexação é feita por termos excessivamente específicos em vez de adotar classificações gerais ou facetadas. Além disso, a gestão do acervo é prejudicada por erros de digitação nos registros bibliográficos e pela total ausência de métricas de circulação e uso para a coleção de periódicos.

Esses fatores contribuem diretamente para a subutilização do sistema, corroborada pelo Estudo de Usuários, onde 64% dos respondentes afirmaram que nunca utilizaram o catálogo digital, preferindo a busca física ou a mediação direta da equipe. Em contrapartida, 86% dos respondentes declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos com o atendimento presencial prestado pela equipe técnica. Esta discrepância entre a satisfação com o capital humano e a insatisfação com as ferramentas evidencia que a excelência no atendimento bibliotecário atua como um paliativo, mas não é suficiente para suprir as lacunas estruturais de uma coleção defasada e de um sistema ineficiente.

Outro impacto direto da ausência de uma PDC estruturada ao longo de décadas reflete-se no histórico de baixas e descartes da instituição. A análise documental do sistema InformaWeb entre 2015 e 2025 revelou que a biblioteca não possui uma rotina de desbastamento contínuo. Na unidade DED, por exemplo, identificou-se uma forte concentração de baixas em um curto intervalo de tempo: apenas no ano de 2016, foram registrados 345 itens removidos (entre descartes e extravios). Entre 2018 e 2025, não houve nenhuma baixa registrada para o tipo documental Livro (LIV). A prática de baixas concentradas, sem a atuação de comissões técnicas permanentes e interdisciplinares, sugere um expurgo pontual do acervo, o que compromete a qualidade informacional e resulta no acúmulo de materiais superados juridicamente.

Diante dessa obsolescência acumulada, a percepção de ineficiência do acervo foi corroborada de forma expressiva pelo Estudo de Usuários. A aplicação do questionário de satisfação obteve 49 respondentes, compostos por uma comunidade altamente qualificada (64% com nível de especialização). Os dados revelaram que 59% dos usuários relataram que o acervo físico raramente ou nunca atende às suas expectativas, apontando a desatualização bibliográfica e a ausência de obras específicas de Direito Público como a principal deficiência do setor.

Contudo, os dados sugerem que a subutilização sistêmica está associada à baixa visibilidade da biblioteca, seus serviços e ausência de mediação, e não exclusivamente ao desinteresse dos usuários. Como contraponto gerencial, a aplicação de estratégias de marketing da informação e gestão de serviços provou-se eficaz para reverter este quadro. A Tabela 2 apresenta os resultados transformadores da ação de mediação cultural "Uma Tarde na Biblioteca", utilizando o período pré-evento (2022-2023) como base de comparação para o período de consolidação (2025).

Tabela 2 – Aumento de usuários pós-evento

Indicador	Média 2022-2023	2024 (pós-evento)	2025 (consolidação)	Variação (2025 vs. Média)
Usuários totais	186	224	463	+149%
Empréstimos de livros	317	358	519	+64%
Uso da sala de estudos	52	73	202	+289%

Fonte: elaboração própria com base em planilhas estatísticas institucionais (2025).

Após a ação de mediação cultural "Uma Tarde na Biblioteca" de 2024, dados extraídos das planilhas de controle de frequência evidenciaram que a média diária de usuários cresceu 149% e o uso da sala de estudos aumentou 289% no primeiro quadrimestre de 2025. Mesmo sem renovação significativa do acervo nesse período – com apenas três livros novos incorporados em 2024 – os empréstimos saltaram 64%, comprovando que a mediação é tão necessária quanto a atualização bibliográfica. Isso demonstra, em dados, que a demanda estava reprimida por falta de estímulo institucional, deixando claro que a mobilização da comunidade usuária depende de ações que promovam o vínculo e o pertencimento.

Quadro 2 – Comparativo de modelos de PDC

Componente	Ação concreta	Base modelar
Aquisições	Meta mínima de 15 livros por ano (2025–2029)	ALA (2021)
Desbastamento	Desbastamento anual de obras com >7 anos sem uso	IFLA (2012)
Avaliação	Pesquisa de satisfação anual	Cassares (2000)
Acesso	Plataforma integrada: acervo físico + *InformaWeb*	IFLA (2012)

Fonte: elaboração própria (2025).

Diante das falhas gerenciais, do desequilíbrio na representação temática e das demandas tecnológicas reveladas pelo estudo de usuários, conclui-se que a mediação não

pode ser um evento isolado, mas uma política de serviço. Conclui-se, portanto, que a PDC é o instrumento de gestão definitivo para institucionalizar a matriz da "Flor do Conhecimento Jurídico". Com base nestas evidências, a Política proposta estrutura-se em quatro pilares: 1. Aquisição Direcionada: Meta mínima de 15 títulos anuais focados em Direito Público. 2. Desbaste Técnico: Desbastamento anual de obras sem circulação há mais de sete anos ou juridicamente superadas. 3. Representação Semântica: Adoção do modelo facetado "Flor do Conhecimento Jurídico", priorizando o Direito Público como núcleo central. 4. Governança Participativa: Inclusão obrigatória de bibliotecários no Conselho Consultivo para garantir decisões baseadas em evidências de uso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu seus objetivos ao responder à questão norteadora, demonstrando por evidências empíricas a correlação entre o diagnóstico técnico do acervo e a eficácia da mediação cultural. A investigação revelou que a ausência de uma política formal e de desbaste sistemático converteu a biblioteca jurídica em um repositório passivo e desalinhado das reais demandas institucionais.

Contudo, as métricas pós-intervenção comprovaram que intervenções de visibilidade — como o evento "Uma Tarde na Biblioteca" — possuem o poder de alterar o padrão de uso, resultando em crescimentos exponenciais (149% em frequência e 289% na ocupação da sala de estudos) sem a dependência exclusiva da compra de materiais novos. Isso atesta que o engajamento está mais vinculado ao estímulo do que apenas à quantidade de títulos.

Além disso, os resultados sugerem que a representação temática do conhecimento pode desempenhar papel estratégico na avaliação de coleções especializadas, permitindo identificar desalinhamentos que não seriam perceptíveis apenas por métricas quantitativas de crescimento ou circulação. Nesse sentido, a experiência da PGM-RJ demonstra o potencial de abordagens integradas entre organização do conhecimento, desenvolvimento de coleções e comportamento informacional como suporte à tomada de decisão em bibliotecas jurídicas especializadas.

Conclui-se que o desenvolvimento de coleções não deve se limitar a compras e descartes, devendo estar articulado a práticas de mediação e gestão da informação. Sugere-se, para trabalhos futuros, a formalização das diretrizes técnicas em uma PDC institucional,

garantindo que a biblioteca assuma o seu papel estratégico na advocacia pública, operando não como depósito, mas como um organismo vivo (Ranganathan, 1931).

REFERÊNCIAS

ALA. **Library Bill of Rights**. Chicago: American Library Association, 2021. Disponível em: https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill Acesso em: 26 jun. 2025.

CASSARES, Nilza C. **Como organizar e dinamizar a biblioteca pública**. São Paulo: Global, 2000.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2 ed. Brasilia: Thesaurus, 1998.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422–462, 2003. Disponível em: https://researchprofiles.ku.dk/en/publications/domain-analysis-in-information-science-eleven-approaches-traditio/ Acesso em: 26 jun. 2025.

IFLA. **Standards for Library Impact Assessment**. Haia: IFLA, 2012.

LANGRIDGE, Derek (Org.). **The universe of knowledge**: a consideration of the nature and extent of the universal bibliographic classification and the principles on which it may be based. London: The Library Association, 1969.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 47. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. **A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica**. *In*: PASSOS, Edilenice (org.). Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade:** Estudos, Paraíba, v. 17, n. 1, p. 87-94, 2007. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/pt_BR/article/view/254927 Acesso em: 26 jun. 2025.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 1931.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 16, n. 2, p. 191-

200, 1987. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000858910.pdf Acesso em: 26 jun. 2025.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.